

Estado deve alugar um novo prédio para abrigar o Wassily Chuc

A proposta foi apresentada e aprovada em reunião realizada na secretaria Estadual de Saúde para discutir o atendimento psiquiátrico de urgência e emergência na capital

O atendimento emergencial psiquiátrico em Goiânia voltou a ser debatido dia 29 último pelo presidente da Associação Psiquiátrica de Goiás, Mateus Diniz, o presidente do Cremego; Aldair Novato Silva; o conselheiro federal e coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do CFM, Salomão Rodrigues Filho; o Secretário Estadual de Saúde, Leonardo Vilela, e sua assessoria; o Secretário Municipal de Saúde de Goiânia, Fernando Machado e sua assessoria e Ministério Público Estadual. A reunião, que deu sequência ao debate iniciado na quarta-feira, dia 24, na sede do Cremego.

O objetivo do encontro era buscar uma solução para garantir o atendimento de urgência e emergência aos pacientes psiquiátricos. Atualmente, essa assistência é prestada pelo Pronto Socorro Psiquiátrico Wassily Chuc, cuja estrutura física está extremamente precária, o que levou a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia a anunciar o fechamento da unidade.

A proposta apresentada pela assessoria da Secretaria Estadual de Saúde apoiada pela Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde era de fechar o Pronto Socorro e distribuir todo o pessoal, inclusive corpo clínico, do PSPWC em alguns CAPS, onde fariam o atendimento de emergência. Na discussão ficou clara, para a ampla maioria, a impossibilidade de pacientes agudos serem adequadamente atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tal mudança, certamente implicaria em grande prejuízo para a população e foi prontamente rechaçada.

A APG e as entidades médicas marcaram firme posição do não fechamento do PSPWC até que haja um outro local adequado para o atendimento do serviço de urgências e emergências psiquiátricas. Salomão enfatizou as políticas equivocadas do MS em relação a Saúde Mental e as peculiaridades do atendimento em urgências e emergências psiquiátricas, que não somente necessitam de local adequado como de uma equipe especializada.

O presidente do Cremego, o conselheiro Salomão Rodrigues Filho, que no dia 14 de junho visitaram o Wassily Chuc, foram enfáticos ao ressaltar que Goiânia precisa de um pronto-socorro psiquiátrico e que o fechamento desta unidade condenaria pacientes em crise a ficarem sem assistência e sujeitos ao abandono e à violência nas ruas. Salomão Rodrigues Filho, que atua na área psiquiátrica há mais de 40 anos, e Mateus Diniz, observaram que não existe uma política de saúde mental eficiente sem um pronto-socorro bem estruturado e ressaltaram que o ideal seria ter esse serviço funcionando ao lado de um pronto socorro geral, por exemplo, do HUGO.

Para Aldair Novato Silva, nas condições atuais de funcionamento o Wassily Chuc coloca em risco a saúde e a segurança dos pacientes, do corpo clínico e de toda a equipe profissional que atua na unidade. “Por isso, precisamos encontrar uma solução urgente para o problema, pois o Wassily Chuc não tem condições de continuar funcionando no local onde está, mas Goiânia não pode ficar sem um pronto-socorro psiquiátrico”, disse, citando a posição já defendida também pelo Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás (Simego) e pela Associação Psiquiátrica de Goiás, em reunião no Cremego. O diretor clínico do PSPWC, Thiago Batista, reforçou as posições assumidas por seus colegas.

O promotor Érico de Pina Cabral, do Centro de Apoio Operacional da Saúde do Ministério Público Estadual, o promotor Vilanir Camapum Júnior, da Promotoria da Saúde do Trabalhador, e os secretários de Saúde de Goiânia, Fernando Machado, e de Saúde do Estado, Leonardo Vilela, também defenderam a necessidade de uma solução emergencial para que o Pronto Socorro Psiquiátrico Wassily Chuc continue funcionando e a seguir de uma solução definitiva para o atendimento às urgências psiquiátricas.

Diante das dificuldades apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde para a locação de um novo espaço e da impossibilidade legal de reforma do prédio atual, que é alugado, a Secretaria Estadual de Saúde comprometeu-se a alugar um imóvel e cedê-lo ao município para a transferência do pronto-socorro. Em 20 dias, o Estado deve apresentar às entidades uma proposta de locação do novo prédio.